



CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO SAD/MT 2009
EDITAL Nº 005/2009 - SAD/MT, DE 27 DE JULHO DE 2009

CADERNO DE PROVA

CONCILIADOR DE DEFESA DO CONSUMIDOR ADVOGADO

Data da Prova: 21 de Março de 2010

CANDIDATO

PROVA
561

A

INSTRUÇÕES

- I. Este caderno contém 60 (sessenta) questões objetivas.
- II. Caso apresente defeito de impressão ou falta de questão, solicite ao fiscal a substituição do caderno de prova.
- III. Para questão da Prova Objetiva há apenas uma alternativa correta. No cartão de respostas assinale somente uma letra como resposta, pintando completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, seguindo o exemplo: **(A) (B) (C) (D) (E)**
- IV. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, para marcar a resposta, no cartão de respostas.
- V. O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição do cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá deixar a sala após 2 (duas) horas do início das provas.
- VII. O candidato somente poderá levar este caderno, 15 (quinze) minutos antes do horário determinado para o término das provas.

FATORES QUE ANULAM UMA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA

- a. Questão sem marcar;
- b. Questão com rabisco, rasuras ou manchas;
- c. Questão com mais de uma opção assinalada.

Boa Prova!



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Na revista *Língua Portuguesa* nº 42, de abril de 2009, o cronista português João Pereira Coutinho emite sua opinião sobre o novo acordo ortográfico celebrado pelos países lusófonos. Leia-a.

“Sou contra. Visceralmente contra. Filosoficamente contra. Linguisticamente contra. Começo por ser contra com a força das minhas entranhas: sou incapaz de aceitar que uma dúzia de sábios se considere dona de uma língua falada por milhões. Ninguém é dono da língua. Ninguém a pode transformar por capricho. Por capricho, vírgula: por mentalidade concentracionária, em busca de uma unidade que, para além de impossível, seria sinistra. A língua é produto de uma história; e não foram apenas Portugal e Brasil que tiveram a sua história, apresentando variações fonéticas, léxicas ou sintáticas; a África, Macau, Timor e Goa, que os sábios do Acordo ignoraram nas suas maquinações racionalistas, também têm direito a usar e a abusar da língua.”

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A insistente repetição da palavra “contra” foi um recurso de linguagem usado pelo entrevistado para enfatizar sua posição adversa em relação ao Acordo.
- O termo “visceralmente” e a expressão “com a força das minhas entranhas” apresentam afinidade de sentidos.
- “uma dúzia de sábios” refere-se expressamente a doze intelectuais responsáveis pela instituição do Acordo.
- O cronista afirma ser a língua um bem de domínio público, que não deve sofrer intervenção estatal.
- A expressão “Por capricho, vírgula” introduz uma autorretificação do pensamento.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa em que a evolução sequencial e previsível dos fatos está prejudicada.

- O Governo apresentou a proposta, ela foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente.
- A economia mundial foi abalada por uma grande crise, a população ficou apreensiva, mas os países já retomam seu crescimento.

- As grandes nações reduziram a emissão de CO₂, o planeta se superaqueceu e, agora, buscam-se medidas para reter a degradação ambiental.
- Ocorreu o acidente, a família requereu o seguro DPVAT e, com a indenização, cobriu as despesas hospitalares.
- O presidente da Nicarágua foi deposto, o governo foi assumido por um presidente interino e o país entrou em crise interna, com reflexos mundiais.

QUESTÃO 03

“Ninguém será privado de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

(Inciso VIII do Art. 5º da Constituição Federal Brasileira)

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra “salvo” introduz restrições a eventuais desvios no exercício das liberdades religiosa, política e filosófica.
- O verbo “invocar” tem sentido de presumir.
- A expressão “a todos imposta” afirma o caráter coercitivo da lei.
- O texto prevê a possibilidade de se proporem opções, desde que legais, ao cumprimento de deveres por parte dos cidadãos.
- O pronome “as”, em “salvo se as invocar”, refere-se às crenças e convicções.

QUESTÃO 04

Considerando as flexões verbais nos enunciados e considerando a formalidade da língua, assinale a alternativa **correta**.

- A Polícia Federal não entrevistou no caso da guerrilha urbana, porque entendeu não ser de sua competência.
- Se este verão trazer mais chuvas, teremos novas enchentes Brasil afora.
- Em qualquer ramo da atividade humana, sempre houveram bons e maus profissionais.
- Especialistas recomendam que respeitemos a natureza se não quisermos legar desastres irreparáveis a nossos filhos.
- A adoção de políticas mais severas em Nova Iorque reteu a onda de crimes que assolava a cidade.

QUESTÃO 05

A redundância consiste no uso de palavras que expressam a mesma ideia de forma excessiva.

Assinale a alternativa em que ocorre esse fenômeno.

- O cientista falou, em vídeo, sobre o aumento de casos de câncer no Brasil e no mundo.
- Considero que a queda do muro de Berlim e o atentado contra o World Trade Center sejam os acontecimentos mais importantes da história recente.
- A formação de cartéis e o monopólio exclusivo no comércio de bens de consumo são práticas prejudiciais aos consumidores.
- Em várias cidades brasileiras, a população saiu às ruas para protestar contra a corrupção política.
- Nem sempre se identifica a doença num primeiro exame clínico.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo foi usado em conformidade com a língua padrão.

- Nunca lhe disse antes, mas gosto muito de você.
- Agradecemos por você ter feito-nos este grande favor.
- Não fosse a exiguidade do espaço, a cerimônia de formatura poderia-se realizar no salão nobre.
- Te prepara, meu filho, porque a viagem será longa e cansativa.
- Os fortes não abatem-se com as derrotas.

QUESTÃO 07

"A maior linha de roçadeiras do País agora tem a maior garantia do mercado: 18 meses"
(Propaganda veiculada na revista *Veja* nº 43, de 28/11/2009)

Sobre o enunciado, é **incorreto** afirmar.

- O sujeito da oração é "A maior linha de roçadeiras do país".
- O advérbio "agora", se transposto para o início da frase, alteraria o sentido da mensagem.
- No lugar de dois pontos, poder-se-ia utilizar travessão.
- "Mercado", neste contexto, corresponde ao comércio de roçadeiras pelos concorrentes.
- A repetição da palavra "maior" estabelece correspondência entre a dimensão da empresa e a extensão do benefício oferecido.

QUESTÃO 08

"Aquele casamento não poderia mesmo dar certo: ela gosta de ler Dostoiévsky; já ele só lê as tirinhas e as colunas esportivas do jornal... e olhe lá!"

Sobre o enunciado, assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra "mesmo" funciona como reforço argumentativo de uma opinião, a de que o casamento estava fadado ao insucesso.
- O locutor fundamenta sua opinião na adversidade socioeconômica do casal.
- Em "ela gosta de ler Dostoiévsky" ocorre uma figuração linguística que equivale a "Ela gosta de ler os livros que foram escritos por Dostoiévsky".
- Tirinhas são fragmentos ou segmentos de histórias em quadrinhos, em faixas horizontais.
- A expressão "e olhe lá!" faz parte do linguajar coloquial e é usada para dar ênfase a uma expressão ou fazer uma advertência.

QUESTÃO 09

Observe o enunciado abaixo.

Que frio! Que vento! Que calor! Que caro! Que absurdo! Que bacana! Que tristeza! Que tarde! Que amor! Que besteira! Que esperança! Que modos! Que noite! Que graça! Que horror! Que doçura! Que novidade! Que susto! Que pão! Que vexame! Que mentira! Que confusão! Que vida! Que talento! Que alívio! Que nada...

Assim, em plena floresta de exclamações, vai-se tocando pra frente.

Carlos Drummond de Andrade.

Em relação ao enunciado, é **correto** afirmar.

- Não é um texto, pois é um amontoado de frases sem conexão entre si.
- O texto não tem sentido por falta de elementos coesivos.
- A pontuação compromete o sentido do texto.
- A última frase compensa a falta de elementos coesivos e dá sentido ao todo.
- Não é um texto, pois o trecho faz parte de um poema do autor.

QUESTÃO 10

Analise a frase.

"A multidão se dirigiu para onde havia água em abundância, pois assim teriam mais tempo até serem resgatados".

Com base nela, assinale a **correta**.

- a. Está correta, pois, os verbos no plural se explicam como um caso de silepse de número.
- b. Não está correta porque o primeiro verbo está no singular.
- c. Não há concordância em número, pois há, para o sujeito "multidão", verbos tanto no singular quanto no plural.
- d. A conjunção "pois" é coordenativa explicativa e em seu lugar deveria haver uma subordinativa conformativa.
- e. Está totalmente incorreta, pois não há concordância em número ou em gênero.

QUESTÃO 11

O uso dos verbos, quanto à conjugação, tempo ou modo, está **correto** em qual das alternativas?

- a. A empresa iria destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houver melhores incentivos financeiros.
- b. A empresa destinará mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houverem melhores incentivos financeiros.
- c. A empresa irá destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se haverem melhores incentivos financeiros.
- d. A empresa destinará mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houvessem melhores incentivos financeiros.
- e. A empresa vai destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houver melhores incentivos financeiros.

QUESTÃO 12

"Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heróico o brado retumbante."

A função sintática de cada um dos termos grifados é, respectivamente:

- a. núcleo do sujeito e objeto direto.
- b. objeto direto e sujeito.
- c. adjunto adverbial de lugar e sujeito.
- d. sujeito e objeto indireto.
- e. substantivo e adjunto adnominal.

QUESTÃO 13

Quanto à concordância verbal, assinale a alternativa **correta**.

- a. Assusta-me sobremaneira essas atitudes extremistas.
- b. A maioria dos eleitores não sabia ainda em quem deveria votar.

- c. Aluga-se casas de veraneio a preços bastante razoáveis.
- d. Haviam mais de duas mil pessoas num lugar onde caberiam apenas oitocentas.
- e. Verifica-se vários pontos que devem receber mais atenção.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa que apresenta um período com mais de três orações.

- a. — Pare, deite-se no chão, não grite e me passe a bolsa! Isso é um assalto!
- b. — Isso é um assalto! Não grite que senão eu te passo fogo!
- c. — Não se mexa porque senão você morre! Isso é um assalto e não adianta gritar.
- d. — Me passe a bolsa devagar e calmamente, sem levantar suspeitas. Isso é um assalto!
- e. — Não se mexa! Não grite! Nem pense em correr! Passe a bolsa!

QUESTÃO 15

"— Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou [...]"

Machado de Assis.

Quanto à classificação morfológica, as palavras grifadas no texto, são respectivamente:

- a. preposição, pronome, substantivo, pronome e advérbio.
- b. preposição, conjunção subordinativa, substantivo, pronome e preposição.
- c. preposição, conjunção, substantivo, pronome e advérbio.
- d. verbo, conjunção, substantivo próprio, pronome e advérbio.
- e. preposição, conjunção, adjetivo, pronome e advérbio de negação.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

QUESTÃO 16

Assinale a questão abaixo que **não** corresponde à história do período colonial mato-grossense.

- a. A Rusga foi um conflito político que envolveu as facções dos Liberais e dos Caramurus, usando o povo para que realizasse motins e rebeliões.
- b. O conflito entre o governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, e os Irmãos Leme.

- c. O Rio Jauru, por ocasião do Tratado de Madri, foi considerado um marco geográfico muito importante, o que fez com que a Coroa Portuguesa, em 1754, mandasse despachar, de Portugal, grandes blocos de pedra esculpidos em forma piramidal com inscrições que declaravam que aquelas terras eram de domínio portugueses.
- d. O rei de Portugal, considerando o pedido do governador, autorizou que fossem montadas bandeiras e expedições para exterminar os índios Paiaguá.
- e. Uma construção estrategicamente erguida ao longo da fronteira ocidental foi o Forte Real Príncipe de Beira, por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pois a posição geopolítica dessa fortificação era estratégica.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa **correta** sobre a história econômica de Mato Grosso, do Império à República.

- a. A extração da erva-mate foi pouco expressiva na região de Mato Grosso, não configurando presença nos rumos da economia da província mato-grossense.
- b. A poaia, conhecida cientificamente como *Cephaeles ipecacuanha*, foi raiz de exportação apenas até a primeira metade do século XIX, pouco contribuindo com a economia da província.
- c. Em Mato Grosso, as mangabeiras e seringueiras nativas floresceram nas bacias dos rios Tapajós e Paraguai, de onde era retirado látex de excelente qualidade, muito procurado pelos europeus. Grandes casas comerciais regionais a comercializam, exportando a produção diretamente aos mercados platinos e europeus.
- d. O pioneiro na implantação de usinas de açúcar em Mato Grosso foi Antônio Paes de Barros, conhecido como Totó Paes, famoso proprietário da Usina Itaiçi. Porém, com a falta de recurso e tecnologia esta usina teve um caráter efêmero.
- e. A pecuária, em Mato Grosso, foi historicamente uma atividade pouco exercida pela necessidade de grande número de mão-de-obra. Inicialmente o gado era utilizado no abastecimento da região mineradora, depois surgiram algumas charqueadas ao longo do Rio Cuiabá e Paraguai, mas, com pouca expressão econômica.

QUESTÃO 18

"O Coronelismo pode ser definido como o poder exercido pelos homens ricos e proprietários de terras, pessoas influentes politicamente que haviam sido agraciadas, durante o Império, com patentes da Guarda Nacional correspondentes àquelas do Exército, sendo que a maioria deles era chamada de coronel, porém, eram coronéis civis, da Guarda Nacional" (SIQUEIRA, 2002, p.157).

Foram ações ou movimentos coronelistas no período republicano em Mato Grosso, **exceto**:

- a. a deposição de Magessi.
- b. o massacre da Baía do Garcez.
- c. o assassinato de Totó Paes.
- d. a Caetanada.
- e. o conflito entre José Morbeck e Carvalhinho.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa que apresenta o nome do primeiro movimento promovido pelo Governo Federal objetivando a ocupação e colonização das terras mato-grossenses sob o patrocínio do presidente Getúlio Vargas.

- a. Fundação Brasil Central.
- b. SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.
- c. PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
- d. Expedição Roncador-Xingu.
- e. Marcha para o Oeste.

QUESTÃO 20

A partir das décadas de 1960 e 1970, Mato Grosso conheceu significativas mudanças no meio rural e urbano, em busca da modernização.

Sobre essas mudanças, assinale **V** para as alternativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Implantação dos grandes eixos rodoviários e o aumento da urbanização.
- () Expansão agropecuária e a mecanização agrícola.
- () Desenvolvimento industrial, em especial da agroindústria, e desenvolvimento do setor de telecomunicações.
- () Avanços do setor de serviços e de informática.

Assinale a sequência **correta**.

- a. F, V, V, V.
- b. V, V, V, V.
- c. F, V, F, V.
- d. V, V, F, F.
- e. F, F, F, V.

QUESTÃO 21

As afirmativas sobre a hidrografia mato-grossense estão corretas, **exceto**:

- a. a maior parte dos rios mato-grossenses encontra-se em área de clima tropical semi-úmido, com estação seca muito pronunciada e, portanto, com grande oscilação da vazão fluvial.
- b. o principal divisor de águas, em Mato Grosso, é o Planalto dos Parecis.
- c. está localizado, em Mato Grosso, o grande divisor de águas das bacias hidrográficas do Amazonas e do Paraná, com grande número de cabeceiras de rios que são impróprios para o transporte fluvial de cargas.
- d. em Mato Grosso, os rios pertencentes à bacia Amazônica drenam 2/3 do seu território. Esses rios percorrem superfícies de Planaltos e Chapadas dos Parecis, Planaltos e Serras Residuais e Depressões, as duas últimas do Norte de Mato Grosso, apresentando em seus cursos cachoeiras e corredeiras.
- e. possui grandes lagos e lagoas de erosão fluvial e de barragem, notadamente no Pantanal.

QUESTÃO 22

Os principais países importadores dos produtos produzidos no Estado de Mato Grosso integram o bloco econômico denominado de:

- a. Mercosul.
- b. Caricon.
- c. Pacto Andino.
- d. Apec.
- e. União Europeia.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 23

Com base na Lei Complementar nº 266, de 29/12/2006, considera-se cargo de assessoramento, um conjunto de atribuições que:

- a. corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, exercido por titular de cargo efetivo do Poder Executivo Estadual.
- b. implica na responsabilidade de coordenar a execução de programas, projetos e atividades de uma ou mais unidades administrativas.

- c. implica na responsabilidade de dirigir, ou seja, estabelecer diretrizes e estratégias, desenvolver e coordenar a execução de programas, projetos e atividades de órgãos ou conjunto de unidades administrativas.
- d. concerne a um ou mais assuntos complementares cometidos a um cargo que exija formação ou experiência específica para seu desenvolvimento.
- e. corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, de livre nomeação e exoneração, cujo provimento se faz em caráter temporário através de ato governamental.

QUESTÃO 24

Segundo a LC 266/2006, são direitos dos servidores exclusivamente comissionados, **exceto**:

- a. gratificação natalina correspondente a 01(um) subsídio mensal integral.
- b. contribuição referente à cota parte do empregador ao INSS.
- c. licença médica, atestada pela unidade de perícia médica do INSS, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias.
- d. 30 (trinta) dias de férias remuneradas, a cada período de 12 (doze) meses efetivamente trabalhados.
- e. adicional de 1/3 (um terço) de férias.

QUESTÃO 25

O Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso tem as seguintes competências, **exceto**:

- a. empossar novos Delegados de Polícia Judiciária Civil, nomeados por concurso público, observada a ordem de classificação.
- b. suspender o direito de o policial civil portar arma de fogo, por conveniência disciplinar, ou recomendação médica ou solicitação da Gerência de Armas *ad referendum*, do Conselho Superior da Polícia Judiciária Civil.
- c. avocar, excepcional e fundamentadamente, Inquérito Policial e outros procedimentos de Polícia Judiciária Civil, para redistribuição.
- d. gerir as atividades referentes à administração de pessoal, material, orçamento, finanças e serviços gerais.
- e. determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar.

QUESTÃO 26

Sobre o estágio probatório, previsto para a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será exonerado por ato do Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso ou por Ato Governamental o policial civil em estágio probatório que não preencher os requisitos estabelecidos em lei específica para o estágio probatório.
- b. Esgotado o prazo de defesa e produzidas as provas requeridas, a comissão decidirá, mediante voto e pela maioria simples de seus membros presentes, sobre a conveniência ou não da permanência do policial civil no serviço público.
- c. O policial civil em estágio probatório, exceto por ato presidencial, não poderá ser colocado à disposição de outros órgãos, instituições ou poderes, do Estado ou de Unidades da Federação, nem exercer cargo ou função de confiança.
- d. O período de estágio probatório em cargo policial civil é considerado de efetivo exercício para todos os fins.
- e. Até o vigésimo dia, antes de encerrar o prazo de estágio probatório, deverá a comissão emitir parecer conclusivo e fundamentado sobre a permanência ou demissão do policial civil.

QUESTÃO 27

Em relação à Lei Complementar nº 112/2002, que instituiu o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Concluídas as diligências promovidas pela Comissão de Ética, o servidor público será oficiado para nova manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
- b. É vedado ao servidor público, o uso de cargo, emprego ou função, bem como facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- c. À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, os registros sobre a conduta ética dos servidores públicos, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- d. Toda ausência injustificada do servidor público de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público estadual, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

- e. O servidor público será oficiado para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, em razão do processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste código, instaurado pela Comissão de Ética, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada formulada por autoridade, servidor público, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas.

QUESTÃO 28

Na organização básica dos órgãos da Administração Direta do Estado de Mato Grosso, o Nível de Gerência Superior será:

- a. representado pela coordenação e execução de atividades em determinados polos regionais a serem definidos por decreto.
- b. exercido pelos subsecretários, com funções relativas à implantação e controle de programas e projetos, bem como atividades de gerência necessárias ao desempenho da Pasta.
- c. representado pelos Conselhos ou assemelhados com respectivas funções regimentais.
- d. representado pelos Secretários de Estado, no desempenho de suas funções institucionais e administrativas.
- e. relativo ao apoio especializado aos titulares dos órgãos.

QUESTÃO 29

No tocante à Lei Complementar nº 14, 16/01/1992, qual Autarquia não é vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda?

- a. Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso – COHAB/MT.
- b. Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso – IPEMAT.
- c. Banco do Estado de Mato Grosso S.A – BEMAT.
- d. Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso – IOMAT.
- e. Loteria do Estado de Mato Grosso – LEMAT.

QUESTÃO 30

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos.

- b. Por falta de regulamentação de lei complementar, o servidor público estatutário não faz jus ao benefício Aposentadoria Especial.
- c. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, e no exercício pleno de seus direitos civis.
- d. A lei complementar estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- e. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, recusar fé aos documentos públicos e particulares, conforme previsão da Magna Carta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa **correta**.

- a. Demissão é o ato administrativo constitutivo, cuja finalidade é o desligamento do funcionário estável após regular inquérito administrativo ou processo judicial, tendo por motivo o cometimento de infrações de qualquer natureza.
- b. A reversão pode ocorrer nas hipóteses em que, concedida a aposentadoria por incapacidade laboral, o estado de higidez voltar.
- c. A estabilidade somente é alcançada pelo titular de cargo efetivo após 3 (três) anos, a contar da sua posse.

- d. A Constituição Federal/1988 proíbe ao servidor, investido em mandato de vereador, continuar no exercício de seu cargo, mesmo havendo compatibilidade de horários.
- e. Reversão é o retorno do funcionário ou servidor demitido, por falta leve, à atividade.

QUESTÃO 32

Em relação ao controle da Administração Pública, é **correto** afirmar.

- a. O controle interno dá-se por meio da homologação, da aprovação, da revogação e da invalidação dos atos administrativos praticados.
- b. Não há possibilidade jurídica de o controle ser exercido por provocação recursal do administrativo.
- c. A Administração Pública pode revogar seus atos administrativos, mas não pode invalidá-los.
- d. O fundamento do controle administrativo reside no princípio da imperatividade da Administração Pública.
- e. O controle administrativo refere-se, em regra, à legalidade, não sendo possível o controle sobre o mérito dos atos administrativos.

QUESTÃO 33

Quanto aos poderes administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- a. Poder disciplinar é o de que dispõe a Administração para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- b. O poder regulamentar é inerente e privativo do Chefe do Executivo, podendo ser avocado por qualquer subordinado, desde que dentro de suas atribuições.
- c. O poder discricionário revela-se na prática de certos atos, onde a liberdade de ação do administrador é mínima.
- d. A extensão do poder de polícia é muito pequena, restringindo-se à fiscalização fitossanitária.
- e. Competência, finalidade e forma sempre serão elementos vinculados do ato administrativo.

QUESTÃO 34

Em se tratando de ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- a. Ato suspensível é aquele que, embora perfeito, não produz os seus efeitos, por não verificado o termo ou condição de que depende a sua exequibilidade ou operatividade.
- b. Ato perfeito é aquele que reúne todos os elementos necessários a sua exequibilidade ou operatividade, apresentando-se apto e disponível para produzir seus regulares efeitos.
- c. Ato revogável é aquele que o Poder Judiciário, e somente ele, pode invalidar por motivo de ilegalidade.
- d. Ato constitutivo é aquele pelo qual a administração constata uma situação fática ou jurídica ocorrente.
- e. Ato complementar é todo aquele que se antepõe a outro para garantir a sua própria realização.

QUESTÃO 35

Analise as afirmativas, quanto a sua veracidade.

- I. Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, de capacidade administrativa, criadas pelo Estado para persecução de finalidades públicas, por conseguinte, submetendo-se ao regime jurídico de direito público.
- II. O regime jurídico das autarquias prevê inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade dos seus bens.
- III. Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública.
- IV. Na suposição de existirem fundações governamentais, estruturadas à maneira do regime privado, que atuem de forma descentralizada, seu regime será idêntico ao das empresas estatais.

Com base nas afirmativas, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e IV estão corretas.
- c. Apenas I, II e III estão corretas.
- d. Apenas I e III estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 36

Analise as alternativas e assinale a **correta**.

- a. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos citados anteriormente.
- b. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos: dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e um terço pelo Congresso Nacional.
- c. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e vantagens que os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, com exceção dos impedimentos.
- d. O auditor, quando em substituição ao Ministro, terá as mesmas garantias do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz do Tribunal Regional Federal, com exceção dos impedimentos.
- e. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Rio de Janeiro, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

QUESTÃO 37

Analise as afirmativas.

- I. O poder constituinte derivado está inserido na própria Constituição Federal, pois decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional, portanto, conhece limitações constitucionais expressas e implícitas e é passível de controle de constitucionalidade.
- II. O poder constituinte originário caracteriza-se por ser inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- III. O poder constituinte é permanente, pois não desaparece com a realização de sua obra.
- IV. O poder constituinte derivado possui as características de derivado, subordinado e condicionado.

Em face das proposições, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas II, III e IV estão corretas.
- d. Apenas I e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 38

No que tange à Intervenção Federal, analise as alternativas e assinale a **incorreta**.

- a. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- b. A decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese de recusa à execução de lei federal.
- c. No que tange ao Decreto Interventivo, a CF/88 discriminou os meios e providências possíveis de serem tomadas pelo Presidente da República.
- d. A decretação da intervenção dependerá, no caso do Art. 34, IV da CF/88 (garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação), de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.
- e. A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência à ordem ou à decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

QUESTÃO 39

Não se caracteriza como um dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a. legalidade.
- b. pessoalidade.
- c. moralidade.
- d. publicidade.
- e. eficiência.

QUESTÃO 40

Analise as alternativas e assinale a **incorreta**.

- a. Controlar a constitucionalidade significa verificar a adequação de uma lei ou de um ato normativo com a Constituição, verificando seus requisitos formais e materiais.
- b. O controle de constitucionalidade configura-se como garantia de supremacia dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.
- c. A análise da constitucionalidade das espécies normativas consubstancia-se em compará-las com determinados requisitos formais e materiais, a fim de verificar-se sua compatibilidade com as normas Constitucionais.
- d. A inobservância das normas constitucionais de processo legislativo tem como consequência a inconstitucionalidade material da lei ou do ato normativo produzido.
- e. A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à de rigidez constitucional e proteção dos direitos fundamentais.

QUESTÃO 41

Supondo-se que Tito Lívio, Despachante de Trânsito, adquiriu moderno computador para preenchimento de guias para sua clientela e que, após alguns dias de uso, a máquina apresentou vício de fabricação. Pretendendo reparação do vício, com base no Código de Defesa do Consumidor, analise as proposições.

- I. Tito Lívio não terá direito à reparação do vício com base no Código de Defesa do Consumidor, por não se enquadrar no conceito de destinatário final haja vista que emprega referido bem com finalidade de produção.
- II. Tito Lívio não terá direito à reparação do vício porque o exercício de atividade delegada pelo Estado não goza de proteção do Código de Defesa do Consumidor.
- III. Tito Lívio terá direito à reparação do vício porque o Código de Defesa do Consumidor regula situações em que haja destinatário final, que adquire produto ou serviço para uso próprio, sem finalidade de produção de outros produtos ou serviços ou quando o produto ou serviço, uma vez adquiridos, sejam regularmente oferecidos no mercado de consumo, independente do uso e destino que o adquirente lhes vai dar.

- IV. Tito Lívio terá direito à reparação do vício porque o Código de Defesa do Consumidor regula situações em que haja destinatário final, que adquire produto ou serviço com finalidade de produção de outros produtos ou serviços, desde que o produto ou serviço, uma vez adquiridos, sejam regularmente oferecidos no mercado de consumo, independentemente do uso e destino que o adquirente lhes vai dar.
- V. Tito Lívio terá direito à reparação do vício, pois o Código de Defesa do Consumidor regula situações nas quais, apesar de se poder identificar um destinatário final, o produto ou serviço é entregue com a finalidade específica de servir de bem de produção para outro produto ou serviço e, via de regra, não está colocado no mercado de consumo como bem de consumo, mas como bem de produção; o consumidor comum não o adquire.

Com base nas proposições, assinale a alternativa **correta**.

- Apenas I, III e IV estão corretas.
- Apenas II, III e IV estão corretas.
- Apenas III, IV e V estão corretas.
- Apenas III e IV estão corretas.
- Apenas IV e V estão corretas

QUESTÃO 42

Sobre a relação jurídica de consumo e seus elementos, analise as afirmações.

- O Código de Defesa do Consumidor tem um campo de aplicação abrangente e difuso, que permeia todas as áreas do direito onde ocorrem relações de consumo.
- O Código de Defesa do Consumidor é uma lei especial em razão dos seus destinatários (*ratione personae*), porque só é aplicável aos consumidores e fornecedores em suas relações.
- O Código de Defesa do Consumidor volta sua atenção não para o objeto da relação jurídica (tutela objetiva), mas para um dos sujeitos que dela participa – o mais fraco (tutela subjetiva). Trata-se de um Código para agentes diferentes (um vulnerável – o consumidor – e um *expert* – o fornecedor).

- IV. O Código de Defesa do Consumidor é uma lei especial em razão dos seus destinatários porque é aplicável aos consumidores, fornecedores e eventualmente terceiros estranhos às relações de consumo.

Com base nas afirmações, assinale a alternativa **correta**.

- Apenas I, II e III estão corretas.
- Apenas I e II estão corretas.
- Apenas I e III estão corretas.
- Apenas I, III e IV estão corretas.
- Todas estão corretas.

QUESTÃO 43

Com base no Código de Defesa do Consumidor, analise atentamente as afirmações.

- O *recall* não é previsto expressamente no Código de Defesa do Consumidor.
- A reposição de peça pelo produtor de produto, com vício de fabricação colocado no mercado, caracteriza excludente de responsabilidade.
- O fornecedor não deve colocar no mercado produto que apresente alto grau de periculosidade à saúde ou segurança dos consumidores.
- As informações aos consumidores a respeito dos riscos normais e previsíveis, em decorrência da natureza e fruição de produto industrial, são de responsabilidade do fabricante e do comerciante.

Com base nas afirmações, assinale a afirmação **correta**.

- Apenas IV está correta.
- Apenas II e III estão corretas.
- Apenas I e III estão corretas.
- Apenas I, II e III estão corretas.
- Todas estão corretas.

QUESTÃO 44

Sobre o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou quando são de fácil constatação, o Código de Defesa do Consumidor prevê prazo de decadência de:

- 30 (trinta) dias tratando-se de fornecimento de produtos relacionados ao turismo.
- 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço ou de produtos duráveis.

- c. 90 (noventa) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- d. 45 (quarenta e cinco) dias, tratando-se de vício de produto e de serviço não duráveis.
- e. 90 (noventa) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

QUESTÃO 45

Sobre o conceito de produtos viciados, assinale a alternativa **correta**.

- a. São aqueles que são perigosos ao fornecedor.
- b. São aqueles com prazo de validade de curta duração.
- c. São aqueles inadequados ao fim a que se destinam.
- d. São aqueles que não fornecem segurança ao consumidor.
- e. São aqueles que contêm substâncias que podem causar intoxicação ao consumidor.

QUESTÃO 46

Sobre as cláusulas abusivas, previstas no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **correta**.

- a. A cláusula mandato é admitida para os contratos bancários firmados com pessoas físicas, desde que haja participação de ente público como acionista majoritário da personalidade jurídica mutuante ou financiadora de bens imóveis.
- b. A nulidade de uma cláusula abusiva invalida o contrato quando, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
- c. Não é abusiva a utilização de cláusula compulsória de arbitragem.
- d. Não é considerada abusiva a cláusula que estabelece a remessa do nome do consumidor inadimplente para banco de dados ou cadastro de consumidores.
- e. Não é abusiva a cláusula contratual que autoriza o fornecedor a transferir responsabilidades a terceiros.

QUESTÃO 47

No fornecimento de produtos ou serviços que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, é **correto** afirmar que o fornecedor deverá, conforme expressamente previsto no Código de Defesa do Consumidor, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

- a. o montante de juros de mora e da taxa efetiva mensal de juros.
- b. o preço do produto ou serviços em moeda corrente nacional e estrangeira.
- c. os acréscimos previstos extraoficialmente.
- d. as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações, *ex persona*, que não poderão ser superiores a 2% (dois por cento) do valor da prestação.
- e. a soma total a pagar, com e sem financiamento.

QUESTÃO 48

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é **correto** afirmar que o prazo prescricional para ajuizar ação de indenização em face do fornecedor, pela ocorrência de um acidente de consumo, é de:

- a. 30 (trinta) dias, em se tratando de produtos não duráveis.
- b. 3 (três) anos, contados do conhecimento do dano e sua autoria.
- c. 5 (cinco) anos, contados a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- d. Não corre o prazo com a instauração do inquérito civil, até seu encerramento.
- e. É suspenso a partir da reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor, até sua resposta negativa.

QUESTÃO 49

Sobre as normas que regem o Código de Defesa do Consumidor, é **correto** afirmar que:

- a. se uma coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, intervêm em uma relação de consumo, essa coletividade é protegida pelo direito do consumidor.
- b. não é considerado fornecedor o exportador de produtos.
- c. um ente sem personalidade jurídica não pode ser fornecedor de bens ou serviços de consumo.
- d. as pessoas jurídicas de direito público não podem ser categorizadas como fornecedoras.
- e. o fornecedor aparente, aquele que põe seu nome ou marca no produto final, não tem legitimidade para figurar no polo de demanda que envolva relação de consumo nem tampouco o fornecedor presumido.

QUESTÃO 50

Em conformidade com a Lei 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, é **correto** afirmar.

- a. É anulável a cláusula contratual de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano, contado da data de sua fixação.
- b. É nula de pleno direito a cláusula de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a dois anos da data de sua fixação.
- c. É nula a cláusula contratual de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano a contar da data de sua fixação, salvo quando expressamente prevista em lei.
- d. É válida a cláusula contratual de revisão ou reajustamento do valor da anuidade ou semestralidade em prazo inferior a um ano da data de sua fixação, por acordo bilateral, desde que o valor alterado não ultrapasse o valor acumulado da inflação no último o ano letivo.
- e. Referida lei autoriza a cláusula de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano, desde que haja homologação do acordo pelo órgão de defesa do consumidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para os contratos semestrais e de 30 (trinta) dias para os contratos anuais.

QUESTÃO 51

De acordo com o estatuído na Lei 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências, é **correto** afirmar.

- a. Os estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior poderão reter, a qualquer tempo, os documentos de transferência de seus alunos inadimplentes.
- b. São legitimados à propositura das ações previstas na Lei 8.078, de 1990, para a defesa dos direitos assegurados na Lei 9.870, de 1999, e pela lei vigente, as associações de alunos, de pais de alunos e responsáveis, sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos pais de alunos do estabelecimento de ensino ou dos alunos, no caso de ensino superior.

- c. Os alunos inadimplentes terão direito à renovação das matrículas, observado o número de vagas e o calendário escolar.
- d. São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento.
- e. Não é admitido, em qualquer hipótese, o desligamento de aluno inadimplente no penúltimo ano ou semestre de graduação do ensino superior.

QUESTÃO 52

De acordo com o Decreto nº 3.571, de 27 de julho de 2004, que dispõe sobre a aplicação, pelo PROCON-MT das sanções previstas pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, é **correto** afirmar que o prazo para o fornecedor impugnar o processo administrativo é de:

- a. 5 (cinco) dias.
- b. 15 (quinze) dias.
- c. 10 (dez) dias.
- d. 8 (oito) dias.
- e. 3 (três) dias.

QUESTÃO 53

De acordo com o decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, que regulamenta o Serviço de Atendimento ao Consumidor, o SAC obedecerá a que princípios?

- a. Probidade, dignidade, boa fé e transparência.
- b. Continuidade, probidade, dignidade, boa fé e transparência.
- c. Dignidade, boa fé, transparência, eficiência, eficácia, celeridade e cordialidade.
- d. Probidade, eficiência, continuidade, cordialidade e urbanidade.
- e. Probidade, urbanidade, eficiência, dignidade, transparência, eficácia e celeridade.

QUESTÃO 54

De acordo com a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto do Torcedor), a responsabilidade pela segurança do torcedor, em evento esportivo, compete:

- a. exclusivamente ao presidente da entidade de prática esportiva, detentora do mando de jogo.
- b. aos chefes de torcidas em solidariedade com o presidente da entidade de prática esportiva, detentora do mando de jogo.

- c. aos chefes de torcidas organizadas, em solidariedade com os presidentes da entidade desportiva de prática esportiva, detentora do mando de jogo e da equipe visitante.
- d. da entidade de prática desportiva do mando de jogo e de seus dirigentes.
- e. da entidade de prática desportiva do mando de jogos, de seus dirigentes e dos respectivos chefes de torcidas organizadas.

QUESTÃO 55

De acordo com a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto do Torcedor), é dever da entidade responsável pela organização da competição:

- a. confirmar, com até vinte e quatro horas de antecedência, o horário e o local da realização das partidas em que a definição das equipes dependa de resultado anterior.
- b. disponibilizar uma ambulância para cada dez mil torcedores presentes à partida.
- c. solicitar autorização prévia à autoridade de saúde competente para a realização do evento e órgãos de segurança.
- d. contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido antes mesmo do momento de ingressar no estádio.
- e. disponibilizar uma ambulância, um médico e um enfermeiro, para cada dez mil torcedores presentes à partida.

QUESTÃO 56

No dia 20 de dezembro de 2007, mediante contrato de compra e venda de coisa móvel durável, João Paulo adquiriu para seu filho Paulo Vitor, de 3 (três) anos de idade, um brinquedo que entregara no dia de Natal. Nas especificações constavam que o brinquedo era adequado para a idade. Após brincar uns dois dias, a criança retirou peça destacável do brinquedo e a engoliu. Para salvar a criança, o pai foi obrigado, às pressas, a levá-la a um hospital onde imediatamente sofreu intervenção cirúrgica que salvou sua vida.

Considerando o enunciado, assinale a alternativa **correta**.

- a. Trata-se de vício do produto passível de reparação de dano na via judicial, cujo prazo decadencial ainda não transcorreu.
- b. Trata-se de defeito do serviço que ainda é passível de reparação na via judicial, cujo prazo prescricional ainda não transcorreu integralmente.

- c. Trata-se de fato do produto que ainda é passível de reparação na via judicial, na data de hoje.
- d. Trata-se de vício do serviço não mais passível de indenização na via judicial, na data de hoje, por terem se passado mais de trinta dias.
- e. Trata-se de defeito do produto cuja reparação não é mais possível, na data de hoje, por já terem transcorrido mais de 90 (noventa) dias da data do acidente.

QUESTÃO 57

De acordo com as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, analise as proposições.

- I. Nem todo fornecedor é empresário.
- II. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular e integra o contrato que vier a ser celebrado com o consumidor.
- III. Os contratos de adesão nas relações de consumo só possuem validade se houver a assinatura do consumidor ao lado das cláusulas que implicarem limitação de direitos.
- IV. A cobrança de juros moratórios, nos contratos bilaterais, pressupõe a existência de cláusula específica.

Com base nas afirmações, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas II e III estão corretas.
- c. Apenas III e IV estão corretas.
- d. Apenas I e III estão corretas.
- e. Apenas I e IV estão corretas.

QUESTÃO 58

Sobre os efeitos da coisa julgada nas ações coletivas, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, analise as afirmações.

- I. A sentença fará coisa julgada, *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese de interesses ou direitos difusos.

- II. A sentença fará coisa julgada ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, conforme referido na proposição acima, quando se tratar de interesses ou direitos coletivos.
- III. A sentença fará coisa julgada *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.
- IV. Na hipótese prevista na afirmação III acima, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes, poderão propor ação de indenização a título individual.

Com base nas afirmações, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I, II e III estão corretas.
- c. Apenas I, II e IV estão corretas.
- d. Apenas I e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 59

Nas relações de consumo, **não** é considerada abusiva a cláusula que:

- a. autoriza o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor.
- b. transfere responsabilidades a terceiros.
- c. estabeleça a inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- d. determina a utilização compulsória da arbitragem.
- e. estabeleça a remessa do nome do consumidor inadimplente para bancos de dados ou cadastros de consumidores.

QUESTÃO 60

A responsabilidade civil do médico, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é:

- a. transubjetiva normativa.
- b. transubjetiva objetiva.
- c. subjetiva.
- d. objetiva.
- e. normativa objetiva.